

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Governo seleciona áreas do pré-sal que serão leiloadas até 2019	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Aposentados de estatal recebem acima de salário do governador de SP	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: Governo espera R\$ 4,5 bi com novo leilão do pré-sal	4
Título: Europa faz exigências ao Mercosul sobre petróleo	5
VEÍCULO: Correio Braziliense	6
Título: Novo modelo do setor elétrico	6
VEÍCULO: Valor Econômico	8
Título: Governo define agenda de leilões do pré-sal em novembro	8
Título: Novos índices de conteúdo local só valem para 2017	9
Título: Receita com pré-sal pode ir a R\$ 9 bi	10
Título: Destaques	11
Título: Andrade Gutierrez e Cemig travam venda de Santo Antônio	11
Título: Recálculo de indenização afeta Eletrobras e Cteep	12
Título: Curtas	14
Título: Chinesa estuda instalar refinaria de US\$ 6 bi no Ceará	15
Título: Donos de postos são contra compra da Ale pela Ipiranga	16

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bárbara Nascimento e Ramona Ordonez****Título: Governo seleciona áreas do pré-sal que serão leiloadas até 2019**

ANP fará "road show" para apresentar certames deste ano a investidores.

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) definiu ontem as áreas que serão vendidas na terceira rodada de leilões do pré-sal. Serão ofertadas quatro áreas das bacias de Campos e Santos, relativas aos prospectos de Pau Brasil, Peroba, Alto de Cabo Frio-Oeste e Alto de Cabo Frio-Central. A rodada está prevista para novembro de 2017, sob o regime de partilha de produção. Essas resoluções seguem para aprovação da Presidência da República. No total, foi aprovada a oferta de 12 áreas até 2019.

O CNPE também aprovou a quarta e a quinta rodadas de leilões. Aquela está prevista para maio de 2018, e três áreas na Bacia de Campos estão sob análise para esta rodada: Saturno, Três Marias e Uirapuru. A quinta rodada deve acontecer no segundo semestre de 2019. E estão em análise os prospectos de Aram, Sudeste de Lula, Sul e Sudoeste de Júpiter e Bumerangue, todos na Bacia de Santos.

A terceira rodada do pré-sal era muito esperada pelo mercado por abranger o maior número de áreas produtivas de petróleo desde o primeiro leilão de Libra, em 2013. Além disso, é o primeiro certame em que valerão as novas regras, sancionadas pelo presidente Michel Temer no fim do ano passado, que tiram a obrigatoriedade da Petrobras de atuar como operadora sobre a exploração dessas áreas. Segundo a nova lei, a empresa tem a preferência de escolha para a exploração em qualquer uma dessas áreas, mas não é mais obrigada a participar em todas elas.

Conforme O GLOBO revelou, os leilões do pré-sal até 2019 podem reforçar o caixa da União com até R\$ 24 bilhões, sendo R\$ 8,5 bilhões este ano. Ontem, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, afirmou que a expectativa é levantar de R\$ 8,5 bilhões a R\$ 9 bilhões este ano. Ele ressaltou a importância da divulgação das datas dos leilões futuros com antecedência: — A gente espera que as em-presas tenham tempo suficiente para aprovar orçamentos dentro das empresas. Isso movimenta a indústria de contratação de sísmica, de pesquisas. Porque as empresas agora vão se debruçar em cima desses ativos. Sem dúvida, isso vai trazer novo dinamismo para a indústria de óleo e gás.

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) deve conduzir um road show entre maio e junho sobre os leilões previstos para este ano. Além da terceira rodada do pré-

sal, há três certames em 2017: um terrestre, de poços marginais, ou seja, menores; um no pré-sal, mas em áreas vizinhas a poços já sob exploração; e a 14s rodada de licitações no pós-sal. — É um momento único da história, vai ter uma repercussão mundial. A ANP vai conduzir um road show dessas rodadas em maio e junho, vamos tentar atrair empresas de toda parte do mundo para trabalhar em terra, em áreas de pós-sal e pré-sal — disse o secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, Márcio Félix.

NOVA REGRA DE CONTEÚDO LOCAL

Conforme já havia anunciado anteriormente, o governo reduziu exigências de conteúdo local (percentual mínimo para uso de máquinas e equipamentos brasileiros) para a terceira rodada. O leilão de novembro exigirá 18% de conteúdo local para a fase de exploração, 40% para o sistema de coleta e escoamento e 25% para construção de poço e unidade estacionária de produção.

Os mesmos percentuais serão aplicados para os blocos em mar da 14s rodada de licitações de petróleo e gás natural. Para os blocos em terra, o percentual mínimo obrigatório será de 50% tanto para a fase de exploração quanto na etapa de desenvolvimento. Félix explicou que, nos leilões anteriores, a exigência de conteúdo local já chegou a 95%: — Isso (a diminuição da exigência de conteúdo local) não quer dizer que não queiramos conteúdo local. Queremos aumentar o interesse mas sem criar uma obrigação.

A partir da quarta rodada de licitações de áreas terrestres, o governo deixará de exigir conteúdo local mínimo para esse tipo de leilão. As regras para blocos no mar a partir de 2018, no entanto, ainda serão definidas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Aposentados de estatal recebem acima de salário do governador de SP

Reynaldo Passanezzi Filho, presidente da CTEEP, que tem 650 ex-funcionários que recebem acima do teto do Estado de São Paulo.

Dos 4.500 aposentados e pensionistas do setor elétrico, 650 recebem acima do teto constitucional paulista, limitado pelo salário do governador, de R\$ 21,65 mil.

Esse grupo absorve 35% de todos os recursos da Lei 4.819/58. Os beneficiários dessa lei eram funcionários da CESP, que foram transferidos em 1999 para a CTEEP (Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista).

Em 2006, quando o governo passou o controle da CTEEP para o setor privado, funcionários que ainda tinham benefício da lei foram transferidos de novo à CESP.

A lei garantiu até 1974 o direito à complementação da aposentadoria como têm os servidores públicos. Quando começou o problema de ultrapassar o teto, esses funcionários foram à Justiça, e conseguiram que a empresa depositasse a diferença. A Fazenda paulista só paga até o salário do governador.

"São funcionários que nunca contribuíram para um plano de aposentadoria", afirma Reynaldo Passanezzi Filho, presidente da CTEEP.

Esse grupo de ex-funcionários da Cesp custa R\$ 57 milhões, dos quais a Cteep paga R\$ 15 milhões —dois terços vão para quem ganha mais de R\$ 10 mil por mês. E destes, 650 recebem mais que o governador e têm aposentadoria média de R\$ 32 mil.

A maior pensão é de R\$ 47 mil. "Na Justiça, eles conseguem receber mais que um funcionário público", diz.

A companhia tem um ação de cobrança de R\$ 1,4 bilhão contra o Estado —"valor próximo de todo o capital que investimentos em leilões desde a privatização".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Governo espera R\$ 4,5 bi com novo leilão do pré-sal

Terceira rodada de licitações foi marcada para novembro, e campos terão novas regras de exigência de uso de conteúdo local

O governo marcou a 3.a rodada de licitações do pré-sal para novembro. Quatro áreas nas Bacias de Campos e Santos serão licitadas: Pau Brasil, Peroba, Alto de Cabo Frio-Oeste e Alto de Cabo Frio-Central, segundo decisão do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). De acordo com o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, a previsão é de que sejam arrecadados R\$ 4,5 bilhões nesse leilão.

Considerando os três outros leilões no setor já marcados para este ano, o governo estima receber entre R\$ 8,5 bilhões e R\$ 9 bilhões em licitações de petróleo e gás natural. As áreas leiloadas nessa rodada terão uma exigência de conteúdo local mínimo global de 18% na fase de exploração. Na etapa de desenvolvimento da produção, o índice será de 25% para construção de poços; 40% para o sistema de coleta e escoamento; e 25% para a unidade estacionária de produção.

O secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix, disse que a tentativa de nacionalizar a fabricação de sondas "não deu certo". Já na parte submarina, segundo ele, é possível exigir 40%, pois o Brasil tem experiência na fabricação desses equipamentos.

Na 2.a rodada de licitações do pré-sal, que deve ser antecipada para junho, os índices de conteúdo local serão os mesmos cobrados das áreas adjacentes, leiloadas em rodadas anteriores do pós-sal, sem obrigações adicionais. O governo também marcou as próximas licitações do pré-sal. A 4.a rodada será em maio de 2018, e a 5.a rodada, no segundo semestre de 2019. Serão ofertadas áreas nas bacias de Campos e de Santos. As exigências de conteúdo local para essas rodadas serão definidas futuramente.

Pós-sal. No calendário, estão previstas também a 5.a rodada de licitações de petróleo e gás, em maio de 2018, e a 6.a rodada, no segundo semestre de 2019. Como são áreas do pós-sal, serão licitadas sob o regime de concessão. Para a 14.a rodada, marcada este ano, os compromissos de conteúdo local serão definidos em cláusulas do contrato. Também estão previstas rodadas de licitações de campos terrestres maduros. Para essas rodadas não haverá exigência de conteúdo local.

Com isso, a partir do ano que vem, o governo pretende realizar três leilões de petróleo e gás por ano: um de pré-sal, outro de pós-sal e outro de campos terrestres maduros.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Jamil Chade / GENEBRA

Título: Europa faz exigências ao Mercosul sobre petróleo

A Europa quer garantias, acesso e maior transparência em leis no setor de energia e petróleo em um acordo com o Mercosul. Documentos apresentados pelos europeus com propostas ao bloco sul-americano foram divulgados nesta semana em Bruxelas, como parte do esforço para informar os setores econômicos sobre as bases de um acordo que muitos acreditam que pode ser fechado em 2018. Os europeus e sul-americanos se reunirão em maio, em Buenos Aires, para uma segunda rodada de conversas e acertos no texto da negociação.

Em um dos documentos revelados agora, a Europa deixa claro que quer tratar sobre o mercado de energia no Mercosul, incluindo petróleo. Entre as propostas apresentadas está o limite para o estabelecimento de monopólios de preços de exportação. O centro da proposta dos europeus se refere às condições de

investimentos no bloco e regras que limitem mudanças de atitudes por parte de governos. A segurança jurídica já afetou empresas espanholas em diversas partes da América Latina nos últimos dez anos.

Agora, os europeus querem garantias em uma eventual exploração de petróleo, gás natural ou eletricidade, evitando decisões unilaterais. Caso haja uma abertura de uma licitação para uma exploração, por exemplo, a Europa quer que governos detalhem todas as condições de participação, incluindo as datas. Numa tentativa de blindar seus investimentos, Bruxelas também pede que "qualquer mudança significativa" em informações sobre exploração seja comunicada. "Nenhuma aplicação da autorização pode ser considerada até a publicação da informação relevante", prevê o rascunho do projeto europeu.

Infraestrutura. Outro setor que os europeus querem mais segurança jurídica é o de infraestrutura. "Cada parte deve garantir que donos ou operadores de redes de transmissão em seu território tenham acesso a infraestrutura de energia para o transporte de gás natural e eletricidade em qualquer entidade do estado parte", prevê. Em caso de salvaguardas no setor de energia, os governos envolvidos num acordo terão de ter uma lista de critérios que terão de respeitar, sempre com "objetivo político legítimo". Órgãos independentes também devem ser criados, quando não existirem, para resolver disputas e estabelecer condições.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião

Autor:

Título: Novo modelo do setor elétrico

Os problemas vividos nos últimos anos exigem que se defina outro rumo para o setor elétrico nacional. O desafio é aliar o necessário debate entre os agentes com o trâmite legislativo, de modo que as diretrizes legais possam ser estabelecidas ainda em 2017. Conseguido isso, a regulação infralegal detalharia as diretrizes em bases jurídicas sólidas, de forma a refletir as reais preocupações do setor. A parte visível da crise é a grave situação de judicialização que enfrentamos no momento e a elevação do custo da energia para os consumidores. A parte menos evidente é um modelo comercial inadequado, centralizador, estatizante, dependente de recursos do BNDES, inflado por subsídios cruzados de toda ordem e que imputa riscos desnecessários e não gerenciáveis aos consumidores e a todos os agentes. A consequência de tudo isso é o aumento do preço da eletricidade para a indústria, os serviços e o consumidor final.

Tudo ficou mais transparente com a elevação nas contas de energia decorrente principalmente da desastrada intervenção feita por meio da Medida Provisória 579/2012 (e outras medidas menos faladas, mas igualmente perversas da ótica econômica) — que renovou as concessões de geração e transmissão de maneira irresponsável e, por consequência, levou a Eletrobras à situação de penúria e quase falência. Também contribuíram para o agravamento da crise o cenário hidrológico desfavorável, que desnudou as contradições do atual modelo de gestão estatal dos reservatórios hidroelétricos, e a recessão econômica, que mostrou as fragilidades do sistema de contratação governamental da energia pelas distribuidoras.

É preciso, portanto, definir uma solução urgente que permita mudança do modelo comercial do setor elétrico, visto que apenas por meio dele será possível superar os complexos e crescentes desafios setoriais. Resolver questões como a judicialização, as crises de sub e sobrecontratação, GSF, MRE, GFON e toda a sopa de letras setoriais é importante, mas atacar o problema central — modelo comercial equivocado — é capital por ser a raiz e o fato gerador de todos os problemas.

Felizmente, no âmbito do próprio Ministério de Minas e Energia (MME), temos um bom exemplo no Projeto Gás para Crescer de processo de mudança que pode servir de espelho para o trabalho a ser feito no setor elétrico. Nesse momento, os agentes e os consumidores estão debruçados no desafio de apontar as mudanças necessárias na legislação para criar um modelo comercial competitivo e sustentável para o gás natural.

No setor elétrico, os debates devem se pautar, em primeiro lugar, nas soluções que já são consensuais sobre o bom funcionamento da indústria de eletricidade e têm dado certo em outros mercados: sinalização econômica adequada, liberdade de escolha dos consumidores, mudança dos leilões de energia, por meio de separação de dois produtos distintos (energia e lastro), e criação de modelo de negócios que favoreça a geração distribuída e as energias novas e renováveis. Vale observar que a discussão foi iniciada, uma vez que boa parte dessas questões foi conduzida pela equipe do MME liderada pelo ministro Fernando Bezerra, por meio de consulta pública (21/2016). No processo, a maioria dos agentes se mostrou favorável à ampliação da abertura do mercado.

Não podemos esquecer que a mudança no modelo também pode resultar do processo legislativo. Nesse sentido, o encaminhamento existente é positivo: as duas casas estão trabalhando em favor da reformulação setorial, com projetos de lei que reúnem as condições para servir de base à reforma em bom estágio de trâmite. Tratam-se dos PL 1.917/2015 e PLS 232/2016 que, resumidamente, aliam o direito à liberdade de escolha do consumidor, incentivos econômicos eficientes para o setor e estímulo à implantação de novas tecnologias de

produção e uso da eletricidade, permitindo a ampla e necessária reestruturação do setor.

Por último, evidentemente que todas as discussões devem prever um período de transição para o novo ambiente de negócios, visando, principalmente, o respeito aos contratos. O certo é que as bases para o novo modelo estão montadas. Temos, portanto, totais condições de avançar corrigindo os erros do passado recente e seguindo o que tem dado certo na experiência mundial, com a construção de um setor mais dinâmico em que a inteligência difusa do mercado contribua para um desenvolvimento setorial favorável à sociedade brasileira como um todo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt e André Ramalho

Título: Governo define agenda de leilões do pré-sal em novembro

O governo apresentou ontem a agenda das rodadas de leilões de petróleo e gás para o período 2017-2019. Ao todo, são dez licitações que vão oferecer ao mercado desde reservas em campos maduros - já com declínio de produção - até os campos em alto mar no polígono do pré-sal.

O calendário foi aprovado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Após a reunião, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, disse que a estratégia do governo de antecipar a divulgação das datas coloca o Brasil na mira de investidores estrangeiros.

"Com esse tempo prévio, as empresas terão condições de aprovar seus orçamentos. Essas áreas, com certeza, estarão disputando atenção com outras que estão sendo ofertadas no mundo", afirmou o ministro.

Coelho Filho destacou que o fim da obrigação de a Petrobras entrar como operadora única no pré-sal se soma aos efeitos positivos das medidas que vem sendo adotadas. Antes, a companhia tinha que assumir a fatia mínima de 30% nos consórcios vencedores e nos investimentos. O ministro não chegou a comentar qual seria o apetite da estatal de entrar nos leilões anunciados.

No anúncio de ontem, o destaque ficou com as quatro áreas do pré-sal a serem ofertadas na 3ª rodada de licitação prevista para novembro. A lista é composta por projetos localizados nas bacias de Campos e Santos. São eles: Pau Brasil, Peroba, Alto de Cabo Frio-Oeste e Alto de Cabo Frio-Central.

O ministro informou que a 3ª rodada aumentou a projeção de arrecadação do governo neste ano com a cobrança do bônus de assinatura. A equipe econômica havia estimado uma receita de R\$ 4,5 bilhões com os três leilões que já estavam marcados anteriormente. Agora, o governo espera arrecadar a mais o mesmo volume em novembro, elevando a previsão de receita do Tesouro para valores entre R\$ 8,5 bilhões a R\$ 9 bilhões no setor.

O diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, disse que as áreas do pré-sal definidas para as próximas rodadas de partilha estão entre as "melhores oportunidades de exploração do planeta". O órgão regulador, no entanto, prefere não divulgar o potencial das áreas.

Para maio de 2018, o governo planeja a 4ª rodada com as áreas de Saturno, Três Marias e Uirapuru no pré-sal da Bacia de Santos, além de outros quatro blocos na Bacia de Campos. No segundo semestre de 2018, a ANP deve realizar a 5ª rodada de pré-sal para oferecer as áreas de Aram, Sudeste de Lula, Sul e Sudeste de Júpiter e Bumerangue - todos na Bacia de Santos.

Oddone afirmou que a definição de um calendário plurianual de leilões é um "momento histórico" e marca definitivamente a retomada da atividade de exploração no país. A previsão da ANP é publicar nos próximos 30 dias os editais das rodadas deste ano. O bônus de assinatura dos leilões, segundo o diretor, "ainda não é público".

Além da 3ª rodada de pré-sal, estão previstas para 2017 a 4ª rodada de campos maduros, a 2ª rodada de áreas unitizáveis do pré-sal e a 14ª rodada de áreas de pós-sal e campos terrestres. A ideia é realizar a cada ano, pelo menos, um leilão de campos maduros, um de pós-sal e um de pré-sal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt e Rodrigo Polito

Título: Novos índices de conteúdo local só valem para 2017

O governo confirmou ontem os índices mínimos de conteúdo local a serem exigidos da indústria do petróleo e gás nos próximos leilões. A mudança havia sido anunciada em fevereiro, após intensa discussão entre diferentes áreas do governo. As novas exigências receberam ontem o aval do Conselho Nacional de

Política Energética (CNPE), mas terão validade somente para as rodadas de licitação desse ano. Para os blocos em terra, foi definido o índice mínimo de 50%. O percentual valerá para as fases de exploração e desenvolvimento, que serão avaliadas separadamente. Na atividade em alto-mar, as companhias deverão cumprir 18% na fase de exploração. Na etapa de desenvolvimento, haverá divisão das exigências: 25% para a construção de poços marítimos, 40% para os sistemas de coleta e escoamento e 25% nas plataformas. Para 2018, o secretário de Petróleo e Gás, Márcio Félix, disse que ainda serão definidos os índices de nacionalização. Segundo ele, o governo quer aumentar a contratação de bens e serviços nacionais sem estabelecer obrigações, criando mecanismos de "participação voluntária" no programa. O Movimento Produz Brasil, representação do setor criada para defender a política de conteúdo local, assimilou os novos índices de nacionalização. A entidade, que era contrária à redução dos índices, porém, defende a criação de uma política de desenvolvimento industrial para o setor no país. "Não podemos passar o ano inteiro discutindo detalhes sobre como isso se dará, em prejuízo de que esses investimentos não comecem a ser feitos da maneira que foram programados", afirmou José Ricardo Roriz, vice-presidente da Fiesp e porta-voz do Produz Brasil. Félix informou que a "participação voluntária" na política de conteúdo local vem sendo tratada no âmbito do Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva (Pedefor). Ele disse que, enquanto a política de estímulo não fica pronta, o governo tem buscado definir índices para a indústria considerados "factíveis". O secretário de Petróleo e Gás, do Ministério de Minas e Energia, lembrou da dificuldade enfrentada pelo setor no Brasil quando o governo quis, por meio da política de conteúdo local, que sondas fossem produzidas no Brasil. "Se houver a tentativa de fazer sondas no país, pode ser que uma ou outra saia. Mas elas não são de lugar nenhum do mundo, são globais. Fazer sondas nacionais foi uma tentativa que acabou não dando certo", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt e André Ramalho

Título: Receita com pré-sal pode ir a R\$ 9 bi

O grande destaque na agenda de leilões de petróleo e gás para o período de 2017/19, anunciada ontem, foi a divulgação das quatro áreas do pré-sal a serem oferecidas na 3ª rodada, prevista para novembro. A lista é formada por projetos

nas Bacias de Campos e de Santos - Pau Brasil, Peroba, Alto de Cabo Frio-Oeste e Alto de Cabo Frio-Central. O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho, informou que a rodada elevou a expectativa de arrecadação do governo com a cobrança do bônus de assinatura neste ano. Até agora, projetava-se uma receita de R\$ 4,5 bilhões com os três leilões anunciados anteriormente. Agora, o governo espera arrecadar outros R\$ 4,5 bilhões só com os leilões de novembro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Reservas da Vale

A Vale elevou as projeções para as reservas totais de minério de ferro em 2016. Elas aumentaram em 973 milhões de toneladas na comparação com o fim de 2015, totalizando 18,44 bilhões de toneladas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Andrade Gutierrez e Cemig travam venda de Santo Antônio

A venda da hidrelétrica de Santo Antônio, localizada no rio Madeira (RO), negociada com a chinesa State Power Investment Corporation (SPIC) está emperrada pela falta de acordo de dois sócios em relação ao valor oferecido: Cemig e Andrade Gutierrez. A SPIC, que tinha apresentado uma proposta não vinculante no fim de 2016, chegou a fazer uma oferta vinculante no último mês, prevendo um desembolso de R\$ 8 bilhões, além de assumir as dívidas. Ao fim de 2016, a dívida líquida da companhia somava R\$ 15 bilhões - sendo R\$ 10,4 bilhões com o BNDES. Segundo fontes próximas da operação, Cemig e Andrade Gutierrez, no entanto, discordaram dos valores e condições propostas e deixaram a mesa de negociação. O Valor apurou que a Odebrecht segue nas conversas com os chineses, por entender que se trata de uma negociação complicada e que pode levar tempo. Um dos problemas da proposta da SPIC foi que o valor oferecido foi considerado inferior ao esperado pelas sócias da hidrelétrica. Além disso, há uma condição de que metade desse valor, cerca de R\$ 4 bilhões, seria depositado em uma conta-garantia, cuja liberação dependia da conclusão de uma série de processos jurídicos, como disputas regulatórias e sobre excludente de responsabilidade do atraso das obras. Como será o novo controlador que decidirá se vai manter ou não essas disputas na Justiça, os sócios têm o receio de que poderão nunca ter acesso ao montante depositado em conta-garantia. Para

mudar essa condição nas negociações, o valor a ser desembolsado pela SPIC pode ser ainda reduzido. O valor oferecido implica ainda no risco da necessidade de uma reavaliação do valor da usina nos balanços dos sócios. Em 2014, a Andrade Gutierrez vendeu uma participação da SAAG Investimentos - veículo pela qual tinha a participação em Santo Antonio - para a Cemig, que ampliou sua fatia na usina de 10% para 18%, contando também a participação indireta.

A Cemig passou a ter 100% das ações preferenciais da SAAG, e 49% das ações ordinárias (com direito a voto), sendo o restante da Andrade Gutierrez. Há ainda um potencial conflito político no negócio, uma vez que a Andrade tem 20% das ações ordinárias da Cemig e 8,7% do total da companhia. E, além disso, a estatal mineira pagou um valor mais alto que o de mercado pela fatia da Andrade na usina. Naquela época, a Cemig pagou R\$ 835,3 milhões pela fatia, o que sugere um valor de mercado implícito da hidrelétrica de R\$ 10 bilhões, acima do oferecido pelos chineses. Caso eles aceitem o valor da SPIC, pode ser que a estatal mineira e a Andrade Gutierrez tenham de realizar baixas contábeis em seus resultados. Apesar das potenciais implicações da obra da usina nas descobertas da Operação Lava-Jato, isso não é obstáculo para os chineses. Já a disputa societária dentro da hidrelétrica tem ser resolvida para que a SPIC possa fechar o negócio. Outra questão que atrasa o acordo são os pleitos do consórcio construtor referente às greves que afetaram o cronograma das obras em 2013 e 2014. Foi necessário um aumento de capital dos sócios para quitar os pagamentos. Na época da discussão, havia previsão contratual de que a Santo Antônio precisaria honrar responsabilidades perante o consórcio construtor, mas isso está sendo alvo de uma arbitragem. Caso a empresa reconheça que tem de fazer o pagamento, seu valor de mercado deve baixar. Esse consórcio era formado por Odebrecht e a Andrade Gutierrez, além de outras empresas subcontratadas e as forneceram equipamentos para a usina. A venda da hidrelétrica é fundamental para a recuperação financeira dos seus sócios - caso de Odebrecht, Andrade e Cemig - que enfrentam problemas com endividamento elevado. A própria Santo Antonio Energia também enfrenta uma situação delicada e precisa de aportes regulares dos sócios. A companhia encerrou 2016 com prejuízo líquido de R\$ 484 milhões, ante lucro de R\$ 34 milhões de 2015. Erguida no rio Madeira a partir de 2008, a hidrelétrica tem potência para geração de 3,56 mil MW e fica a 5 km de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia. Procurada, a Andrade informou que não falaria sobre o caso. Cemig e Odebrecht não responderam pedidos de entrevista.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito

Título: Recálculo de indenização afeta Eletrobras e Cteep

A liminar obtida pela Abrace (associação que representa os grandes consumidores de energia) referente às indenizações de ativos antigos de transmissão pode ter efeitos significativos sobre duas grandes transmissoras, Eletrobras e Cteep. O Valor apurou que a estatal elétrica pode deixar de pagar dividendos aos acionistas referente ao lucro de 2016. Já a Cteep vê com receio o aumento da insegurança jurídica, o que pode afetar seu interesse no próximo leilão de transmissão. A Abrace conseguiu na segunda-feira à noite uma liminar determinando que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) recalcule as indenizações por ativos antigos de transmissão não amortizados que tiveram as concessões renovadas antecipadamente nos termos da Medida Provisória (MP) 579. As indenizações, que somam R\$ 62 bilhões, serão pagas por todos os consumidores via tarifa. A decisão judicial, porém, determinou que o componente de atualização monetária seja retirado do cálculo. "Isso nos preocupa porque gera insegurança jurídica", disse, ao Valor, o presidente da Cteep, Reynaldo Passanezi. Segundo ele, com isso, há uma redução da confiança no setor, "o que sempre acaba levando a uma possível menor agressividade em leilões." A Cteep, porém, espera que a situação seja resolvida e a liminar seja revogada antes do leilão marcado para o dia 24. "Temos uma preocupação séria com a segurança jurídica e esperamos que isso seja revertido a tempo, para o bem do país, e para que possamos pensar num desenvolvimento sustentável com segurança jurídica." Desde a publicação da MP 579, em setembro de 2012, a Cteep se afastou dos leilões de transmissão, aguardando uma definição sobre as indenizações. A transmissora só voltou a participar das disputas em outubro do ano passado, depois que os montantes foram homologados pela Aneel. Dos R\$ 62 bilhões das indenizações, a Cteep espera receber R\$ 8,7 bilhões, que já foram lançados no balanço de 2016. No caso da Eletrobras, principal beneficiada pela remuneração, a decisão liminar pode afetar o pagamento de dividendos previstos pela companhia, de acordo com uma fonte próxima da situação. No fim de março, o conselho de administração da Eletrobras propôs o pagamento de dividendos no valor de R\$ 433,9 milhões aos acionistas detentores de ações preferenciais (PN). O pagamento é referente ao lucro líquido ajustado em 2016, de R\$ 3,281 bilhões. O pagamento dos dividendos será apreciado em assembleia geral ordinária (AGO), marcada para 28 deste mês. Segundo a fonte, as ações judiciais contra a remuneração das indenizações podem provocar a alteração no balanço de 2016 e, consequentemente, no pagamento dos dividendos. "Com essa decisão judicial, se eu fosse conselheiro, eu votaria contra o pagamento dos dividendos, porque não é líquido e certo esse pagamento", afirmou. Para um analista que pediu para não ter o nome divulgado, o risco existe de fato. Para isso, é preciso checar impacto das medidas judiciais e verificar os valores que a Eletrobras registrou no balanço como remuneração referente às indenizações. A Eletrobras registrou, em 31 de dezembro de 2016, o montante de cerca de R\$ 36,5 bilhões a receber a título de remuneração relativa às indenizações. Em comunicado enviado ao mercado ontem, a estatal disse que "está avaliando os efeitos da referida decisão e manterá o mercado informado a respeito do assunto". De acordo com o

Bradesco BBI, os consumidores devem tentar ampliar o escopo da liminar, ao passo que a União vai tentar derrubar a decisão. "O governo federal pode jogar duro ao suspender todas as liminares relacionadas ao caso, as enviando diretamente para o Supremo Tribunal Federal. Nesse cenário, as transmissoras iriam começar a receber os pagamentos em meados de 2017, como inicialmente planejado, mas se o STF decidir de forma contrária eles precisariam reembolsar os consumidores", escreveu, em relatório, o analista Francisco Navarrete. (Colaborou Rodrigo Rocha, de São Paulo)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Minério tem nova queda

Os preços do minério de ferro caíram ontem pelo quarto dia consecutivo, em meio à pressão de excesso de oferta no mercado transoceânico. A cotação da matéria-prima com teor de 62% de ferro recuou 0,4% no porto chinês de Qingdao, para US\$ 74,38 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". O minério já tem baixa de 5,7% no acumulado do ano. Frente à máxima recente, de US\$ 94,86 no dia 21 de fevereiro, o recuo é de 21,6%. Por enquanto, a cotação média em abril encontra-se em US\$ 77,97, 10,8% a menos do que a média atingida no mês de março.

Conselho da Usiminas

A Usiminas informou ontem que o fundo Geração Futuro L. Par, do investidor Lírio Parisotto, solicitou que o candidato por ele indicado ao conselho de administração da companhia, Mário Daud Filho, seja admitido a participar de qualquer modalidade de eleição na assembleia geral ordinária de 2017, e não apenas da eleição em separado, conforme solicitado anteriormente pelo acionista. A empresa comunicou, porém, que o nome de Daud Filho foi incluído no boletim de voto a distância divulgado pela Usiminas no campo específico destinado à eleição em separado. Como o Ofício-Circular CVM/SEP 01/17 estabelece que, depois do início do período de votação, a companhia não poderá alterar o conteúdo do boletim de voto a distância, exceto em situações específicas, os votos recebidos pelo candidato por meio do boletim serão computados exclusivamente na eventual eleição em separado destinada a acionistas minoritários titulares de ações ordinárias. Título 1 linha

Odebrecht rebaixada

A agência de classificação de risco Moody's rebaixou o rating corporativo em escala global da Odebrecht Engenharia e Construção (OEC), de 'Caa1' para 'Caa2', ao mesmo tempo que reduziu a perspectiva para todas as notas de positiva para negativa. Segundo a Moody's, o rebaixamento e a alteração da perspectiva refletem a erosão da carteira de projetos da OEC e a queima de caixa maior que esperada em um momento de reduzida atividade de construção no Brasil. Além disso, o corte na nota incorpora significativos cancelamentos de projetos, especialmente em mercados importantes para a companhia fora do Brasil, sem sinais de recuperação no curto prazo. A agência esperava que, após a assinatura do acordo de leniência de sua controladora Odebrecht com procuradores federais em 2016, a OEC seria capaz de retomar gradualmente sua carteira de projetos. "Tal expectativa não se materializou até o momento no Brasil, enquanto vários outros países latino-americanos deram início a investigações paralelas."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marina Falcão

Título: Chinesa estuda instalar refinaria de US\$ 6 bi no Ceará

Os chineses voltaram a avaliar o plano de instalar uma refinaria de petróleo no complexo industrial e portuário do Pecém, em São Gonçalo do Amarante (CE), depois de terem recuado durante o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Em novembro, o governo do Ceará assinou um memorando de entendimentos com a estatal Guangdong Zhenrong Energy e agora negocia para que o projeto seja aprovado pelas autoridades chinesas até o fim do ano. A ideia é que a refinaria tenha capacidade de processar 300 mil barris por dia, 70 mil barris acima do que pode processar a Refinaria Abreu e Lima (PE). O empreendimento teria o mesmo porte da unidade que a Petrobras pretendia instalar no Pecém, mas desistiu em 2015, quando também declinou de construir uma refinaria no Maranhão. A diferença está no preço: os chineses se propõem a fazer por US\$ 6 bilhões o que a Petrobras planejava com US\$ 11 bilhões. "Tudo vai depender da estabilidade econômica e política do Brasil daqui para frente", disse ao Valor o secretário de assuntos internacionais do Ceará, Antônio Balhmann. Segundo Balhmann, a articulação com os chineses precisou ser "reconstruída" após o impeachment de Dilma. "Já tínhamos um acordo com um outro grupo chinês que optou por levar a unidade para Cingapura, por conta da instabilidade política e econômica que se instalou no Brasil", conta. O governo do Estado disponibilizou um terreno de 900 hectares para o projeto no complexo portuário do Pecém, única Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em operação no país. Para sair do papel, no entanto, a unidade precisa de aprovação da NDRC (sigla para National Development and Reform Commission), uma comissão do ministério do comércio chinês. O governo estadual tem se reunido por teleconferência com diretores da Guangdong Zhenrong Energy de 15 em 15

dias, para alinhar o cronograma do projeto. Além disso, do fim do ano passado para cá, representantes do governo foram à China quatro vezes. Com capital fechado, a estatal chinesa foi fundada em 2002. Aprovado o projeto, caberá ao próprio NDRC determinar a engenharia financeira do negócio. Um facilitador é o fato de que, a partir de junho, começa a operar o fundo Brasil-China, segundo Ministério do Planejamento. O fundo é decorrente de um acordo entre os dois países, firmado por Dilma e endossado pelo presidente Michel Temer no ano passado. Com até US\$ 20 bilhões, o fundo financiará, com recursos do Claifund e de instituições financeiras brasileiras, os projetos que forem considerados prioritários simultaneamente por parte dos dois governos, com base em análise de cartas consulta. Segundo o memorando de entendimento firmado em outubro, os projetos serão financiados com base na proporção de três para um: para cada real que as instituições financeiras no Brasil decidirem investir num determinado projeto, o Claifund aportará R\$ 3. O processo de decisão será paritário para investimentos no Brasil, já que o comitê é formado por três vice-ministros brasileiros e três chineses. Segundo o Ministério do Planejamento, o fundo e seus mecanismos de operação serão divulgados durante Brasil Investment Forum, evento que será realizado nos dias 30 e 31 de maio, no Grand Hyatt Hotel, em São Paulo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Lucas Marchesini

Título: Donos de postos são contra compra da Ale pela Ipiranga

A compra da Ale pela Ipiranga tem colocado em lados opostos diversos atores do mercado de combustíveis, entre entidades de classe e concorrentes. Enquanto a Refinaria de Manguinhos e a Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis, que representa os donos de postos) pedem que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) reprove a operação - ou adote restrições duras -, a Raízen, que via Shell concorre diretamente com a Ipiranga, não se opõe ao negócio. No centro do debate está a posição da Ale no setor distribuição e venda de combustíveis. Quem é a favor da operação coloca a empresa como um operador regional e afirma que a aquisição não mudará significativamente a estrutura do mercado. Já aqueles que se opõe veem a Ale como a quarta força no mercado, com atuação nacional e a única capaz de bater minimamente de frente com as líderes do setor. O balanço das duas visões será crucial na decisão do relator do caso na autarquia, o conselheiro João Paulo Rezende. Na busca de uma solução, Rezende tem se reunido com todas as partes interessadas. Nesses encontros, apurou o Valor, chegou a questionar se seria possível impor, como remédio concorrencial à operação, a venda da marca Ale, opção que não agrada aos terceiros interessados que se opõe ao negócio. Nesses encontros, teria sinalizado que uma aprovação sem restrições seria inviável. A

Raízen, em petição protocolada no Cade, avaliou que "a Ale não exerce pressão competitiva relevante" e que existem "bandeiras regionais tão ou mais importantes que a Ale em quase todas as regiões do país". Para a empresa, que concorre com Ipiranga e Ale, a operação seria neutra do ponto de vista concorrencial. Ela disse ainda que "como um 'player' relevante do setor, é seu papel institucional assegurar que exista um entendimento correto do mercado para que revendedores, distribuidoras ou consumidores não sejam afetados negativamente". As empresas envolvidas no negócio formam em conjunto com a Shell e a BR Distribuidora o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom), que não é terceiro interessado no negócio. A ele se opõe a Fecombustíveis, representante dos donos de postos de combustível. Artur Villamil, advogado que atua em nome da Fecombustíveis no Cade, apontou que a Ale é conhecida em todo o Brasil, o que faz dela uma empresa de atuação nacional. Ele prefere a adoção de remédios do que a rejeição total do negócio "para modular o mercado". Uma possibilidade seria definir a "diferenciação de preço [na venda de combustível para os postos] como elemento potencialmente prejudicial a livre concorrência". Isso porque, de acordo com ele, essa tática é utilizada pelas empresas para exercer pressão sobre os postos conhecidos como "bandeira branca" - aqueles que não tem contrato fixo de longo prazo para o fornecimento de combustível por uma empresa. Villamil sugere também a adoção de medidas que facilitariam o rompimento de contratos por parte dos postos com acordo fixo de fornecimento de combustível, os "bandeirados". O presidente da Refinaria de Manguinhos, Ricardo Magro, também acredita que o ponto crítico do mercado está na relação das empresas com os postos "bandeira branca". Para ele, a Ale serve como contraponto de resistência para esses postos na competição com os "bandeirados" ao praticar uma política de preços mais agressiva. "A Ale é a única empresa de presença nacional que atende bandeira branca", disse. "O grande objetivo das companhias é acabar com os bandeira branca, que são cerca de 35% do mercado", acrescentou. "Você pode perceber isso com o próprio apoio da Raízen à fusão. Em tese, ela seria a maior prejudicada porque a participação da Ipiranga no mercado aumentaria e elas disputam o mesmo mercado", prosseguiu. Ele decidiu opinar sobre a operação porque uma junção da Ipiranga com a Ale levaria à redução do mercado final da refinaria de Manguinhos ao prejudicar os postos de bandeira branca. "Com a operação, o dono de posto vai virar praticamente funcionário das três companhias [Shell, BR e Ipiranga]", disse. Consultado, o Cade informou que não se pronuncia sobre operações em análise. Ipiranga e Ale não responderam até o fechamento desta edição.

MME / ASCOM .